

Eleição dará tom da renegociação da dívida

Cresce a convicção entre os economistas do Ministério da Fazenda de que o assunto dívida externa brasileira tende a, cada vez mais, interferir diretamente nos destinos do Plano Cruzado, e o tratamento do mesmo somente poderá se dar adequadamente pela via política, razão pela qual é grande a expectativa em favor de uma ampla vitória do PMDB na eleição do próximo sábado.

Um sentimento de frustração está tomando conta dos economistas quanto à possibilidade de o governo encaminhar uma negociação externa satisfatória com os credores diante da deterioração do quadro interno, de queda das reservas cambiais e das exportações. Enquanto as reser-

vas estavam crescendo, bem como as exportações, o cacife do governo era satisfatório. Como este quadro mudou nos últimos quatro meses, o pessimismo passou a tomar conta dos técnicos.

Acredita, na Fazenda e no Banco Central, que o governo deveria ter agido com mais firmeza logo no início do Plano Cruzado para conseguir uma negociação satisfatória em relação ao pagamento dos juros. É generalizada a insatisfação dentro do governo quanto às taxas de risco pagas pelo Brasil, mas há uma divisão entre os técnicos entre endurecer e flexibilizar na negociação com os credores.

Atualmente, o Brasil, destacou a fonte oficial, é o

único País do Terceiro Mundo que paga em dia os seus compromissos externos, mas é o único também que está pagando as maiores taxas de risco (spreads). Enquanto o México paga uma taxa de risco de 0,8 por cento sobre a taxa de juros; o Uruguai paga 1 por cento; a Argentina, 1,25 por cento, o Brasil paga 2 por cento.

Duas explicações são dadas pelos economistas oficiais para justificar o pagamento do spreads tão alto. Primeiro, que, antes da crise cambial de 1982, quando os empréstimos externos eram fartos, o Brasil adotou a estratégia de pagar uma taxa de risco alta para conseguir prazos de oito anos para pagar o principal, enquanto os demais

países preferiram pagar uma taxa de risco menor com o compromisso de pagar o principal em quatro anos. Assim, o pagamento de uma taxa de risco maior está historicamente incorporado a dívida externa desde a década de 70.

A segunda explicação deve-se, segundo a fonte oficial, do fato de que, atualmente, o governo está dividido entre duas correntes de opiniões relativas a melhor forma de se relacionar com os credores: uma que defende a adoção de uma política de endurecimento e outra favorável a uma negociação permanente e gradual cujo objetivo é a de proporcionar a volta dos empréstimos voluntários ao País.